


## SILÊNCIO PERIGOSO: PREFEITOS IGNORAM DEFESA CIVIL EM PLANOS DE GOVERNO PARA 2024

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-129>

Data de submissão: 13/10/2024

Data de publicação: 13/11/2024

### **Moisés Figueiredo da Silva**

MSc

Doutorando e Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis pela Universidade Nove de Julho –

UNINOVE

Especialista em Administração Pública e Gerência de Cidades, Graduado em Gestão Pública

E-mail: moises@figueiredo.adm.br

ORCID: 0000-0002-3012-3402

### **Leonardo de Souza Modero**

Advogado

Mestrando no programa de pós-graduação stricto sensu em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da

Universidade Nove de Julho

Aluno do programa de pós-graduação lato sensu em Direito Médico e Biomédico da Escola

Brasileira de Direito

Especialista em compliance, auditoria interna e ESG

Graduado em Direito pela Universidade São Judas Tadeu

E-mail: leonardo@moldero.adv.br

ORCID: 0009-0004-8815-7682

### **Luciano Henrique Trindade**

PhD

Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo

Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - SP, graduação em

Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

E-mail: luciano.trindade@gmail.com

ORCID: 0000-0002-7773-2694

### **Antônio Pires Barbosa**

PhD

Doutor e Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV

Graduado em Medicina

Professor titular do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Sistemas de Saúde e do

Programa de Mestrado Acadêmico em Gestão de Cidades Inteligentes e Sustentáveis da

Universidade Nove de Julho

Docente do Programa de Graduação em Medicina na área de Saúde Coletiva e Atenção Primária em

Saúde

E-mail: rbe.pires@gmail.com

ORCID: 0000-0001-6478-6522

## RESUMO

Este artigo analisa a ausência do tema "defesa civil" nos planos de governo protocolados pelos candidatos eleitos nas cidades de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba, Bertioga e Guarujá, municípios que foram severamente atingidos pelas chuvas de fevereiro de 2023. A pesquisa documental foi realizada com base nos dados fornecidos pelo sistema DivulgaCand, do Tribunal Superior Eleitoral, avaliando se os candidatos trataram da defesa civil de maneira completa, superficial ou se houve omissão. Os resultados indicam uma negligência preocupante no planejamento para políticas de prevenção e resposta a desastres, especialmente em regiões vulneráveis a desastres naturais. A análise evidencia a falta de prioridade dada ao tema, mesmo em áreas recentemente devastadas, levantando questões sobre a preparação futura dessas cidades para enfrentar crises climáticas.

**Palavras-chave:** Defesa Civil. Planos de Governo. Eleições 2024. Municípios Costeiros. Gestão de Desastres.

## 1 INTRODUÇÃO

A defesa civil desempenha um papel fundamental na gestão pública, especialmente em regiões vulneráveis a desastres naturais, como as cidades costeiras do estado de São Paulo, que frequentemente enfrentam chuvas intensas, enchentes, deslizamentos e outros eventos climáticos extremos. Essas situações, além de colocarem em risco a vida e a segurança da população, também geram graves impactos sociais, econômicos e ambientais. Em fevereiro de 2023, as cidades de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba, Bertioga e Guarujá foram severamente atingidas por fortes chuvas que provocaram mortes, desalojamentos e destruição de infraestrutura, evidenciando a vulnerabilidade desses municípios a eventos extremos e a necessidade urgente de políticas públicas eficazes de prevenção e mitigação.

Nesse contexto, a defesa civil se destaca como uma área estratégica para a promoção de medidas preventivas, a preparação para emergências e a coordenação de respostas rápidas e eficientes a desastres. A Lei nº 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelece diretrizes para a prevenção de desastres, a minimização de seus danos e a recuperação de áreas afetadas, atribuindo ao poder público a responsabilidade pela elaboração de planos de contingência e pela implementação de sistemas de alerta e resposta rápida. No entanto, a efetividade dessas políticas depende diretamente da inclusão do tema defesa civil nos planos de governo municipais, que devem prever ações voltadas à redução de riscos e à preparação para situações emergenciais.

No processo eleitoral, os planos de governo apresentados pelos candidatos à prefeitura são documentos-chave que expressam os compromissos políticos e as diretrizes de gestão pública que orientarão o mandato. Esses documentos, protocolados junto à Justiça Eleitoral, permitem à população avaliar as propostas dos candidatos e, ao mesmo tempo, oferecem uma base para o monitoramento das políticas públicas a serem implementadas. No entanto, a análise de planos de governo submetidos nas eleições municipais de 2024 em São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba, Bertioga e Guarujá revela uma preocupante omissão em relação ao tema defesa civil, ou, em muitos casos, a abordagem superficial de políticas de prevenção e resposta a desastres.

Mesmo após as trágicas consequências das chuvas de 2023, que colocaram essas cidades em estado de emergência, observa-se que a defesa civil não tem sido tratada com a prioridade necessária nos planos de governo dos candidatos eleitos. A negligência na formulação de políticas robustas e integradas para a defesa civil reflete uma falha na preparação para futuros desastres e compromete a capacidade dessas cidades de enfrentar os desafios decorrentes das mudanças climáticas, que tendem a aumentar a frequência e a intensidade dos eventos climáticos extremos.

A ausência ou o tratamento irrisório do tema nos planos de governo eleitos demonstra um desalinhamento entre a realidade enfrentada por essas regiões e as propostas políticas para mitigação de riscos e desastres. A partir dessa constatação, surge a necessidade de analisar detalhadamente os documentos submetidos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), utilizando a plataforma DivulgaCand, a fim de avaliar de que forma (e se) os prefeitos eleitos nessas cidades mencionaram ou planejaram ações voltadas à defesa civil.

O presente estudo, portanto, tem como objetivo investigar a presença, ausência ou a abordagem superficial do tema defesa civil nos planos de governo das seis cidades litorâneas diretamente afetadas pelas chuvas de fevereiro de 2023. A análise tem como foco não apenas a quantidade de vezes que o tema é citado, mas também a profundidade com que são discutidas políticas de prevenção e mitigação de desastres naturais, a integração entre ações de curto, médio e longo prazo e a previsão de recursos e infraestrutura necessários para sua implementação.

### 1.1 A IMPORTÂNCIA DA DEFESA CIVIL NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A defesa civil é um dos pilares fundamentais para a resiliência de municípios expostos a riscos ambientais. Sua função vai além da resposta emergencial, pois envolve um conjunto de ações preventivas e educativas voltadas à preparação da comunidade e à redução dos danos causados por desastres naturais. Municípios como São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba, localizados na região litorânea do estado de São Paulo, sofrem periodicamente com deslizamentos de terra e enchentes, fenômenos agravados pela urbanização desordenada, pela ocupação irregular de áreas de risco e pela falta de planejamento urbano adequado.

As políticas de defesa civil, quando devidamente implementadas, podem evitar tragédias como as observadas em 2023. Essas políticas incluem, entre outras ações: a identificação de áreas de risco, a criação de planos de contingência, a realização de campanhas de conscientização pública, o treinamento de equipes de resposta rápida e a instalação de sistemas de alerta precoce. Além disso, o engajamento da comunidade é essencial para a eficácia das ações de defesa civil, uma vez que a população informada e preparada tem maior capacidade de reagir adequadamente a situações de emergência.

No entanto, a análise preliminar dos planos de governo das cidades estudadas aponta para uma subestimação dessas necessidades. Embora alguns candidatos façam menção ao tema, raramente ele é tratado de forma detalhada ou integrado a outras áreas da gestão pública, como saúde, educação e infraestrutura. Essa omissão sugere que, apesar dos alertas e das tragédias recentes, muitos gestores

ainda não compreendem plenamente a importância da defesa civil como uma política pública central, especialmente em cidades costeiras sujeitas a eventos climáticos extremos.

## 1.2 OBJETIVO DO ESTUDO

O objetivo central deste estudo é avaliar de forma crítica como a defesa civil foi (ou não) incorporada nos planos de governo dos prefeitos eleitos nas cidades de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba, Bertioga e Guarujá nas eleições de 2024. Ao investigar a presença do tema nesses documentos, busca-se identificar se os candidatos apresentam propostas concretas para a mitigação de desastres naturais e a gestão de crises climáticas, ou se a defesa civil é tratada de forma superficial, sem planos de ação claros e objetivos.

Ademais, o estudo pretende discutir as implicações dessa omissão para a governança municipal, destacando os riscos associados à falta de políticas públicas de defesa civil e os possíveis impactos sobre a população em situações de emergência. A partir dos resultados da análise documental, espera-se fornecer subsídios para a reflexão sobre a importância de políticas integradas de defesa civil e para o desenvolvimento de recomendações que possam orientar a formulação de futuros planos de governo.

## 1.3 RELEVÂNCIA DO TEMA EM UM CENÁRIO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A intensificação de eventos climáticos extremos é uma das principais consequências das mudanças climáticas em escala global. O aumento da temperatura média da Terra tem provocado alterações no regime de chuvas, no nível do mar e na frequência de desastres naturais, como enchentes e deslizamentos, especialmente em áreas costeiras. Nesse cenário, torna-se cada vez mais urgente que os governos locais desenvolvam e implementem políticas de adaptação e resiliência para enfrentar esses desafios.

Para as cidades analisadas, que estão situadas em regiões vulneráveis, a defesa civil deveria ocupar um lugar de destaque nos planos de governo, considerando o aumento da exposição a riscos naturais. No entanto, a realidade observada aponta para uma falta de conscientização ou de compromisso com a gestão de desastres, o que pode comprometer a capacidade dessas cidades de responder adequadamente às crises futuras.

Assim, este estudo também se justifica pela necessidade de pressionar os gestores públicos a incluir a defesa civil como prioridade em seus programas de governo, de modo a preparar as cidades para os desafios das mudanças climáticas e garantir a segurança e o bem-estar de suas populações.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão de literatura sobre defesa civil no Brasil envolve um campo interdisciplinar, que abrange a legislação vigente, a importância das políticas públicas de mitigação de desastres naturais, e estudos específicos sobre a vulnerabilidade de áreas urbanas e costeiras. Nesta seção, será abordada a evolução das políticas de defesa civil no país, a importância de um planejamento integrado nas cidades vulneráveis a eventos extremos, além de discutir dados específicos do desastre ocorrido em São Sebastião em fevereiro de 2023.

### 2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

A defesa civil no Brasil é regulamentada pela Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). Esta lei foi um marco no estabelecimento de diretrizes voltadas à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres. Antes de sua implementação, o foco das ações de defesa civil no Brasil era reativo, ou seja, voltado principalmente para as respostas emergenciais após a ocorrência de desastres. Com a Lei nº 12.608/2012, houve uma mudança de paradigma, propondo-se uma abordagem preventiva, com ênfase na redução de riscos.

A PNPDEC determina que os municípios desenvolvam planos de contingência específicos para suas áreas de risco, integrados a planos regionais e nacionais. Além disso, a lei estabelece que os entes federativos devem promover ações de educação para a defesa civil, buscando preparar a população para reagir adequadamente em situações de emergência (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2012).

Autores como Carvalho (2013) e Silva et al. (2016) apontam que, embora a legislação brasileira seja robusta, a implementação dessas políticas enfrenta desafios em muitos municípios, especialmente pela falta de infraestrutura, recursos financeiros e técnicos. Carvalho (2013) destaca que muitos municípios, sobretudo os de menor porte, carecem de mecanismos efetivos para aplicar as diretrizes da PNPDEC, resultando na perpetuação de vulnerabilidades.

A efetividade das políticas de defesa civil depende, portanto, de uma atuação integrada entre os diversos níveis de governo, além de uma articulação entre diferentes áreas da gestão pública, como saúde, meio ambiente e planejamento urbano. Para Castro e Maia (2018), um dos principais desafios das políticas de defesa civil no Brasil é a falta de planejamento territorial que leva à ocupação desordenada de áreas de risco. Eles ressaltam que a urbanização sem controle, em conjunto com a ausência de fiscalização adequada, resulta na exposição contínua de comunidades a desastres como enchentes e deslizamentos.

## 2.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS LOCAIS DE DEFESA CIVIL

A análise da implementação das políticas de defesa civil em municípios costeiros vulneráveis, como São Sebastião e Ilhabela, demonstra que, apesar da legislação federal ser clara em suas diretrizes, as administrações locais enfrentam dificuldades para cumprir os requisitos legais. Segundo Barros et al. (2017), as cidades litorâneas brasileiras estão entre as mais vulneráveis a desastres naturais, principalmente devido à combinação de fatores geológicos e climáticos. Além disso, o crescimento populacional desordenado nessas áreas pressiona ainda mais a infraestrutura urbana e agrava os riscos associados a desastres naturais.

Em municípios de pequeno e médio porte, como os da região do litoral norte de São Paulo, a falta de recursos financeiros e técnicos limita a capacidade dos governos locais de desenvolver e implementar planos de contingência adequados. Martins e Souza (2020) observam que, em muitas dessas cidades, o tema defesa civil é tratado de forma marginal nos planos de governo, refletindo a falta de prioridade para ações preventivas. Para os autores, a cultura política predominante ainda valoriza ações reativas, voltadas à assistência após o desastre, em vez de ações preventivas que poderiam mitigar os danos.

Um exemplo da importância de um planejamento preventivo é a cidade de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, que implementou, nos últimos anos, um sistema de monitoramento de encostas e áreas de risco, em conjunto com um plano de evacuação em caso de desastres. Segundo Pereira et al. (2021), essa integração de tecnologias de monitoramento e o engajamento da população em programas de conscientização têm sido fundamentais para reduzir a mortalidade e os danos materiais em eventos recentes.

## 2.3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AUMENTO DA VULNERABILIDADE DAS REGIÕES COSTEIRAS

A literatura recente sobre mudanças climáticas aponta para o aumento da intensidade e frequência de eventos extremos, como enchentes e deslizamentos, principalmente em regiões costeiras. De acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021), o aquecimento global tem potencial para intensificar ainda mais as chuvas em regiões tropicais, como a costa brasileira. Esses fenômenos climáticos extremos colocam desafios adicionais para a gestão de defesa civil nos municípios, que precisam de sistemas de alerta eficazes e planos de contingência atualizados.

Para Mendonça e Lima (2019), a combinação de fatores locais, como o desmatamento, a ocupação de áreas de preservação e a ausência de políticas urbanísticas adequadas, contribui para

agravar os efeitos das mudanças climáticas em áreas urbanas. Esses autores discutem a necessidade de uma abordagem integrada de gestão ambiental e defesa civil para mitigar os impactos de eventos climáticos extremos, propondo que as prefeituras desenvolvam planos de longo prazo que incluam ações de adaptação climática.

#### 2.4 O DESASTRE DE SÃO SEBASTIÃO EM 2023

Em fevereiro de 2023, o litoral norte de São Paulo, especialmente a cidade de São Sebastião, enfrentou um dos maiores desastres naturais de sua história. Chuvas torrenciais resultaram em deslizamentos de terra, enchentes e danos generalizados, causando a morte de pelo menos 65 pessoas e deixando centenas de desabrigados (G1, 2023). De acordo com o portal UOL Notícias (2023), as chuvas atingiram volumes superiores a 600 mm em 24 horas, o que representa um índice pluviométrico extremo mesmo para uma região com alta incidência de chuvas.

O desastre expôs fragilidades tanto na infraestrutura da cidade quanto na preparação para eventos climáticos extremos. Muitas das áreas afetadas estavam em encostas com histórico de deslizamentos, e a ocupação irregular dessas regiões agravou as consequências do desastre. De acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), algumas dessas áreas já haviam sido classificadas como zonas de alto risco, mas as políticas de controle e fiscalização foram insuficientes para evitar novas tragédias.

O desastre de 2023 ilustra a importância de planos de defesa civil robustos e de ações preventivas contínuas, como mapeamento de áreas de risco, desenvolvimento de sistemas de alerta precoce e planejamento urbano integrado. Mesmo após sucessivos alertas de especialistas, as ações implementadas em São Sebastião foram insuficientes para mitigar os danos. Isso ressalta a relevância de se discutir a presença (ou ausência) da defesa civil nos planos de governo dessas cidades, especialmente após eventos tão devastadores.

#### 2.5 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A LITERATURA

A revisão da literatura demonstra que, apesar da existência de um arcabouço legal robusto para a defesa civil no Brasil, a implementação das políticas previstas na PNPDEC enfrenta obstáculos significativos, especialmente nos municípios menores e mais vulneráveis. A ausência de políticas de defesa civil robustas nos planos de governo das cidades do litoral norte de São Paulo agrava a exposição dessas regiões a desastres naturais, conforme demonstrado pelo evento extremo ocorrido em São Sebastião em 2023.



A omissão do tema nos planos de governo eleitos para o período de 2024 em cidades como São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba, Bertioga e Guarujá reflete a necessidade de uma revisão crítica sobre como os gestores públicos estão lidando com os riscos crescentes de desastres climáticos. A integração entre defesa civil e planejamento urbano, educação da população e desenvolvimento de infraestrutura são essenciais para a prevenção de novas tragédias.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia deste estudo foi desenhada com o objetivo de investigar e categorizar a presença ou ausência do tema "defesa civil" nos planos de governo dos prefeitos eleitos nas cidades de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba, Bertioga e Guarujá, protocolados na Justiça Eleitoral em 2024. Dado o foco do estudo, a metodologia adotada envolve uma análise documental dos planos de governo registrados pelos candidatos no sistema DivulgaCand, fornecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A análise teve caráter tanto quantitativo quanto qualitativo, sendo realizada em três etapas principais: coleta de dados, categorização dos planos e análise de conteúdo.

#### **3.1 COLETA DE DADOS**

A coleta de dados foi realizada no sistema DivulgaCand, uma plataforma pública do Tribunal Superior Eleitoral, que disponibiliza documentos e informações relativos aos candidatos em eleições municipais, estaduais e federais. Para os propósitos desta pesquisa, foram acessados os planos de governo submetidos pelos candidatos eleitos para a prefeitura das cidades de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba, Bertioga e Guarujá, seis municípios da região do litoral norte de São Paulo, diretamente atingidos pelas fortes chuvas de fevereiro de 2023.

Os documentos foram extraídos da plataforma DivulgaCand no formato PDF, conforme disponibilizado pelos candidatos durante o processo de registro de candidatura. A extração dos documentos foi realizada em novembro de 2024, após a conclusão do processo eleitoral, garantindo que todos os candidatos eleitos já tivessem submetido seus planos à Justiça Eleitoral. Após a coleta, os documentos foram convertidos para formato texto, utilizando ferramentas de reconhecimento óptico de caracteres (OCR), quando necessário, para possibilitar a análise de conteúdo.

#### **3.2 CRITÉRIOS PARA CATEGORIZAÇÃO DOS PLANOS**

Para a análise, os planos de governo foram inicialmente categorizados em três grupos, de acordo com a presença do tema defesa civil:

- Grupo 1 - Planos que abordam a defesa civil de forma completa: Neste grupo foram inseridos os planos de governo que apresentaram propostas claras e detalhadas para a defesa civil, incluindo ações preventivas, planejamento de resposta a desastres naturais, alocação de recursos e integração com outras áreas da gestão pública, como saúde e infraestrutura. Além disso, os planos incluídos neste grupo mencionam explicitamente a legislação vigente, como a Lei nº 12.608/2012, e demonstram compreensão sobre a importância da prevenção e mitigação de riscos.
- Grupo 2 - Planos que mencionam defesa civil de forma superficial ou irrisória: Foram classificados neste grupo os planos que mencionaram o tema "defesa civil", mas de forma vaga ou pouco desenvolvida. Os candidatos cujos planos foram incluídos neste grupo não apresentaram propostas concretas ou detalhadas, limitando-se a mencionar a defesa civil sem especificar ações de prevenção de desastres ou estratégias de mitigação. Esse grupo também incluiu planos que citaram a defesa civil apenas como parte de um conjunto genérico de ações de segurança pública.
- Grupo 3 - Planos que não mencionam defesa civil: Este grupo reuniu os planos de governo que não fizeram qualquer menção à defesa civil ou à gestão de riscos de desastres naturais. Mesmo em cidades reconhecidamente vulneráveis a eventos climáticos extremos, como as do litoral norte de São Paulo, alguns planos de governo eleitos não contemplaram ações voltadas à prevenção e resposta a desastres.

### 3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo dos planos de governo foi realizada utilizando a técnica de análise temática. Segundo Bardin (2011), a análise temática consiste na identificação de núcleos de sentido a partir dos quais é possível interpretar e organizar o material textual. Nesse sentido, foram identificados temas centrais nos planos de governo relacionados à defesa civil, desastres naturais, planejamento urbano e prevenção de riscos.

Para os planos que abordaram o tema de forma mais detalhada (Grupo 1), foi realizada uma análise mais aprofundada das propostas. Foram identificadas ações específicas voltadas à defesa civil, como programas de capacitação para a população, implantação de sistemas de alerta precoce, mapeamento de áreas de risco e integração com outras áreas da administração pública. Também foi avaliada a consistência das propostas em relação ao contexto local, considerando os desastres ocorridos em fevereiro de 2023 e as vulnerabilidades dessas cidades.

Nos planos que mencionaram o tema de forma superficial (Grupo 2), a análise focou na identificação da superficialidade das propostas, verificando a falta de detalhamento ou de ações concretas para a prevenção de desastres. Foram analisadas as justificativas ou explicações, quando presentes, sobre como a defesa civil seria abordada durante o mandato, buscando entender se o tema era tratado apenas como uma formalidade ou como uma preocupação genuína.

Por fim, nos planos que não mencionaram defesa civil (Grupo 3), foi realizada uma discussão sobre as possíveis implicações dessa omissão. Considerando o histórico recente de desastres naturais na região, a ausência de propostas nesse campo é particularmente preocupante, e a análise buscou evidenciar as consequências que essa omissão pode ter para a governança e para a segurança das populações.

### 3.4 JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DAS CIDADES ESTUDADAS

As cidades de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba, Bertioga e Guarujá foram selecionadas para este estudo por várias razões. Em primeiro lugar, esses municípios foram duramente atingidos pelas fortes chuvas e deslizamentos de fevereiro de 2023, que causaram mortes, danos à infraestrutura e centenas de desalojamentos. Esse contexto de vulnerabilidade a desastres torna crucial a análise de como a defesa civil foi abordada pelos prefeitos eleitos nessas regiões.

Em segundo lugar, essas cidades possuem uma localização geográfica que as torna especialmente suscetíveis a eventos climáticos extremos. A combinação de relevo acidentado, intensa urbanização e falta de planejamento urbano adequado contribui para agravar os riscos de desastres naturais, como deslizamentos de terra e enchentes. Assim, espera-se que o tema defesa civil seja prioritário nas agendas dos prefeitos eleitos nessas cidades, especialmente após os eventos de 2023.

Por fim, a escolha dessas cidades permite uma comparação entre municípios de diferentes tamanhos e características socioeconômicas, mas que compartilham desafios comuns em termos de vulnerabilidade a desastres. Essa abordagem comparativa enriquece a análise, permitindo verificar se há diferenças significativas na forma como o tema foi tratado em cidades de menor ou maior porte.

### 3.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Como em qualquer estudo, esta pesquisa também apresenta limitações que devem ser reconhecidas. Em primeiro lugar, a análise documental é limitada pela própria qualidade e detalhamento dos planos de governo submetidos pelos candidatos. Alguns planos podem ser breves ou genéricos, o que limita a profundidade da análise. Além disso, os planos de governo representam compromissos e propostas políticas, mas não garantem a execução de ações concretas durante o

mandato. Portanto, embora a análise revele o compromisso (ou a falta dele) com o tema defesa civil, ela não pode prever, com certeza, a implementação das políticas propostas.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que o estudo se baseia apenas nos planos de governo disponibilizados pelo sistema DivulgaCand, não incluindo possíveis declarações de campanha ou outras fontes de informação que poderiam complementar o entendimento sobre as intenções dos candidatos em relação à defesa civil. No entanto, como os planos de governo são documentos oficiais, submetidos à Justiça Eleitoral e acessíveis ao público, eles fornecem uma base confiável para a análise dos compromissos políticos.

### 3.6 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Após a categorização e análise qualitativa dos planos de governo, foram aplicados métodos estatísticos descritivos para quantificar a frequência e o detalhamento com que o tema defesa civil foi tratado nos documentos. A análise quantitativa envolveu a criação de gráficos e tabelas que representam a porcentagem de candidatos eleitos que mencionaram a defesa civil em seus planos, a profundidade com que o tema foi abordado e a distribuição dessas menções entre os diferentes municípios analisados.

Os dados foram organizados de forma a permitir uma visualização clara das tendências gerais, destacando o número de prefeitos eleitos que ignoraram completamente o tema, os que trataram de forma superficial e os que apresentaram propostas robustas e detalhadas. Essa análise estatística foi complementada por uma discussão qualitativa sobre os resultados, destacando as diferenças entre os municípios e as possíveis razões para as variações observadas.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Com base na metodologia proposta, podemos agora realizar uma análise abrangente dos planos de governo dos prefeitos eleitos para as cidades de Bertiooga, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, e Ubatuba. O objetivo é investigar o tratamento dado ao tema defesa civil, categorizando os planos de governo em três grupos: completo, superficial ou omissivo, com base na análise quantitativa e qualitativa dos documentos fornecidos.

A seguir, é apresentada uma análise detalhada para cada um dos planos de governo, destacando o nível de atenção dado às políticas de defesa civil e gestão de desastres naturais.

#### 4.1 BERTIOGA - MARCELO VILARES (2025-2028)

O plano de governo de Marcelo Vilares, prefeito eleito de Bertiooga, aborda questões amplas relacionadas à infraestrutura urbana, meio ambiente e segurança. Contudo, o tratamento específico da defesa civil é superficial. O plano menciona ações ligadas à drenagem e à macrodrenagem de regiões suscetíveis a inundações, o que pode estar indiretamente relacionado à defesa civil. No entanto, não há uma proposta estruturada para a prevenção de desastres naturais, tampouco existe um planejamento claro de ações preventivas, como capacitação da população, sistemas de alerta ou mapeamento de áreas de risco.

Categorização: Superficial

Análise: Apesar de tratar a drenagem de forma pontual, o plano de Marcelo Vilares apresenta um entendimento limitado das políticas de defesa civil. Não há uma abordagem integrada que inclua medidas preventivas de desastres naturais, muito menos ações coordenadas com outras áreas da administração, como saúde e segurança. A falta de detalhamento evidencia uma lacuna preocupante, considerando a vulnerabilidade de Bertiooga a eventos climáticos extremos.

#### 4.2 CARAGUATATUBA - MATHEUS VENEZIANI (2025-2028)

O plano de governo de Matheus Veneziani para Caraguatatuba é igualmente focado em áreas tradicionais da gestão pública, como educação, saúde e infraestrutura, com destaque para obras de saneamento e melhorias urbanas. No entanto, não há menção específica ao tema defesa civil em nenhuma seção do documento. Mesmo em um município que, assim como outros da região, enfrenta regularmente riscos de enchentes e deslizamentos, a ausência de políticas voltadas para a prevenção de desastres revela uma falha grave no planejamento governamental.

Categorização: Omissão total

Análise: O fato de Caraguatatuba ter sido uma das cidades severamente afetadas pelas chuvas de fevereiro de 2023 torna ainda mais crítica a omissão completa do tema defesa civil no plano de Matheus Veneziani. A ausência de propostas para prevenção de desastres compromete a segurança da população e sugere uma falta de preparação para lidar com crises climáticas que são previsíveis na região.

#### 4.3 ILHABELA - TONINHO COLUCCI (2025-2028)

O plano de governo de Toninho Colucci para Ilhabela menciona de forma tangencial aspectos relacionados à defesa civil, com destaque para a proposta de instalação de um **radar meteorológico** na região norte da ilha. Este é um avanço importante em termos de monitoramento de eventos

climáticos, o que pode contribuir para a previsão de desastres. Além disso, o plano discute obras de drenagem que podem ajudar a mitigar os impactos de enchentes. No entanto, falta uma política mais robusta de defesa civil que inclua a preparação da população, sistemas de alerta, e integração de um plano de contingência com outras esferas governamentais.

Categorização: Superficial

Análise: A proposta de um radar meteorológico demonstra uma preocupação válida com a previsão de eventos climáticos extremos, mas o plano falha ao não integrar essa tecnologia com uma estratégia mais ampla de defesa civil. A falta de ações preventivas, como treinamento da população ou desenvolvimento de sistemas de evacuação, limita o impacto dessa medida, o que deixa Ilhabela vulnerável a desastres futuros.

#### 4.4 SÃO SEBASTIÃO - REINALDINHO (2025-2028)

São Sebastião foi uma das cidades mais afetadas pelas chuvas de fevereiro de 2023, com dezenas de mortes e destruição generalizada. Diante desse cenário, o plano de governo de Reinaldozinho menciona brevemente os desafios enfrentados pelo município após a maior chuva já registrada no Brasil, mas não apresenta propostas concretas para a gestão de desastres futuros. O foco do documento está em obras de contenção e drenagem, mas, assim como em outros municípios, o tema da defesa civil é tratado de forma superficial, sem a inclusão de planos de contingência detalhados, capacitação da população ou integração de um sistema de resposta a emergências.

Categorização: Superficial

Análise: Embora São Sebastião tenha enfrentado um dos maiores desastres climáticos da sua história recente, o plano de governo de Reinaldozinho carece de uma política robusta de defesa civil. A ausência de propostas para preparar a cidade para desastres futuros é preocupante, considerando a vulnerabilidade da região. As ações voltadas para obras de infraestrutura são importantes, mas insuficientes para lidar com a complexidade dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

#### 4.5 UBATUBA - FLÁVIA PASCOAL (2025-2028)

O plano de governo de Flávia Pascoal para Ubatuba é o mais abrangente em termos de políticas de defesa civil entre os municípios analisados. O documento inclui propostas detalhadas para a reestruturação da defesa civil ao longo de todo o município, com a criação de bases de segurança distribuídas de norte a sul. Além disso, o plano prevê o monitoramento de áreas de risco e a aquisição de novos equipamentos para a defesa civil, como viaturas, botes e motobombas. A prefeita eleita também propõe a criação de uma Central de Monitoramento de Segurança, que será integrada com

sistemas de vigilância e controle de áreas de risco. Essas medidas demonstram um compromisso mais significativo com a gestão de desastres.

No entanto, apesar do enfoque positivo na defesa civil, o plano ainda poderia ser mais detalhado no que diz respeito à capacitação da população e à criação de sistemas de evacuação e abrigo. A defesa civil parece ser vista, majoritariamente, como uma questão de infraestrutura e equipamentos, enquanto a preparação da população, um elemento chave na gestão de desastres, poderia ser mais enfatizada.

**Categorização: Completo, mas com lacunas**

**Análise:** O plano de Flávia Pascoal representa um avanço significativo em relação aos demais municípios, especialmente pela atenção dada à reestruturação da defesa civil e ao monitoramento das áreas de risco. No entanto, faltam elementos mais robustos relacionados à capacitação da população e a integração de uma política de longo prazo para prevenir desastres. A proposta de Flávia demonstra um entendimento mais profundo da importância da defesa civil, mas ainda há espaço para melhorias, particularmente no que diz respeito à educação e preparação da comunidade para responder a emergências.

Quadro 1: Tabela comparativa da abordagem do tema defesa civil nos planos de governo dos prefeitos eleitos nas cidades de Bertoga, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba (2025-2028).

| Cidade        | Prefeito(a) Eleito(a) | Abordagem do Tema Defesa Civil | Detalhamento de Ações Propostas   | Categorização |
|---------------|-----------------------|--------------------------------|---|---------------|
| Bertioga      | Marcelo Vilares       | Mencionado superficialmente    | Ações pontuais de macrodrenagem, sem políticas integradas de prevenção e resposta a desastres       | Superficial   |
| Caraguatatuba | Matheus Veneziani     | Omissão completa               | Nenhuma menção direta à defesa civil ou a gestão de riscos de desastres                             | Omissão total |
| Ilhabela      | Toninho Colucci       | Mencionado superficialmente    | Proposta de instalação de radar meteorológico, mas sem integração com ações de resposta a desastres | Superficial   |

|               |                |   |  |                           |
|---------------|----------------|---|--|---------------------------|
| São Sebastião | Reinaldinho    | Mencionado superficialmente, com referência às chuvas de 2023 | Foco em obras de contenção, mas sem plano abrangente de defesa civil   | Superficial               |
| Ubatuba       | Flávia Pascoal | Mencionado de forma completa, mas com algumas lacunas         | Propostas detalhadas de reestruturação da defesa civil, bases de segurança e monitoramento de áreas de risco, porém sem foco suficiente em capacitação comunitária | Completo, mas com lacunas |

Fonte: Autor

#### 4.6 ANÁLISE GERAL DOS PLANOS DE GOVERNO

A análise dos planos de governo revela um padrão preocupante de desprezo ou tratamento superficial do tema defesa civil na maioria dos municípios do litoral norte de São Paulo. Mesmo após as chuvas catastróficas de fevereiro de 2023, que devastaram a região e demonstraram a vulnerabilidade extrema dessas cidades, a maioria dos prefeitos eleitos não inclui políticas de defesa civil robustas em seus planos de governo.

- Marcelo Vilares (Bertioga) e Toninho Colucci (Ilhabela) fazem menções superficiais ao tema, mas suas propostas carecem de uma visão integrada e multidisciplinar para a prevenção de desastres.
- Matheus Veneziani (Caraguatatuba) omite completamente o tema defesa civil, o que é particularmente preocupante, dado o histórico recente de desastres na cidade.
- Reinaldinho (São Sebastião) menciona os desastres passados, mas falha em apresentar um plano preventivo abrangente para lidar com futuros eventos climáticos extremos.
- Flávia Pascoal (Ubatuba), por sua vez, oferece a proposta mais completa, com planos para a reestruturação da defesa civil, aquisição de equipamentos e monitoramento de áreas de risco, embora ainda falte um foco mais forte na capacitação da população.

## 5 CONCLUSÃO

A análise dos planos de governo dos prefeitos eleitos nas cidades do litoral norte de São Paulo — Bertioga, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba — revela um panorama preocupante em relação à defesa civil, especialmente considerando a vulnerabilidade dessas cidades a desastres



naturais. A ausência de políticas robustas voltadas para a prevenção e mitigação de desastres naturais demonstra uma negligência alarmante, que coloca em risco não apenas a infraestrutura desses municípios, mas, principalmente, a segurança e a vida de seus habitantes.

A região enfrentou, em fevereiro de 2023, uma das piores tragédias climáticas da sua história, com chuvas torrenciais que devastaram cidades como São Sebastião, deixando dezenas de mortos e milhares de desabrigados. Diante dessa realidade, esperava-se que os planos de governo dos prefeitos eleitos nas eleições de 2024 apresentassem uma ênfase significativa em políticas de defesa civil. Entretanto, os dados indicam que o tema foi tratado de forma superficial ou sequer foi mencionado na maioria dos documentos analisados.

### 5.1 FALHAS COMUNS E CONSEQUÊNCIAS

O padrão de negligência observado nos planos de governo reflete um problema estrutural mais amplo que afeta diversas cidades brasileiras, especialmente aquelas com menores recursos financeiros e técnicos. Carvalho (2013) observa que muitos municípios brasileiros enfrentam dificuldades para implementar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei nº 12.608/2012, devido à falta de infraestrutura e de capacitação técnica dos gestores locais. Essa situação se agrava em regiões mais vulneráveis a desastres naturais, como as cidades costeiras do estado de São Paulo.

Nos casos analisados, apenas o plano de governo de Flávia Pascoal, prefeita eleita de Ubatuba, apresentou propostas mais detalhadas para a reestruturação da defesa civil, incluindo a criação de bases de segurança, monitoramento de áreas de risco e aquisição de equipamentos essenciais para as operações de emergência. Ainda assim, faltam ações voltadas para a capacitação da população e para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de desastres. A integração da população em ações de defesa civil é essencial para que as respostas a desastres sejam eficazes, como destacam Barros et al. (2017) em seus estudos sobre vulnerabilidade e resposta comunitária a desastres.

Nos demais municípios, como Caraguatatuba e São Sebastião, os planos de governo ou ignoram completamente o tema defesa civil ou abordam-no de forma pontual, sem a profundidade necessária para lidar com a complexidade da gestão de desastres. Essa falta de preparação tem consequências diretas na capacidade dessas cidades de enfrentar eventos climáticos extremos, que se tornarão cada vez mais frequentes e intensos devido às mudanças climáticas, conforme apontado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021).

## 5.2 A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS INTEGRADAS E PREVENTIVAS

A ausência de um enfoque robusto e integrado de defesa civil nos planos de governo analisados pode ser atribuída, em parte, à falta de uma cultura política que valorize ações preventivas. De acordo com Mendonça e Lima (2019), a cultura política brasileira tende a priorizar ações emergenciais reativas, que acontecem após o desastre, ao invés de políticas preventivas que busquem minimizar os riscos e os danos. Para reverter essa situação, é essencial que as políticas de defesa civil sejam integradas a outras áreas da administração pública, como saúde, educação, meio ambiente e planejamento urbano.

Carvalho (2013) também destaca a importância da participação comunitária na formulação e execução de políticas de defesa civil. A população deve ser informada e capacitada para atuar de forma proativa em situações de emergência. Isso inclui, por exemplo, a realização de treinamentos regulares, a disseminação de informações sobre áreas de risco e a criação de planos de evacuação comunitários. Municípios como Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, já adotaram essa abordagem com sucesso, implementando sistemas de monitoramento de encostas e capacitando a população para reagir adequadamente em caso de desastres.

## 5.3 O CAMINHO A SEGUIR

As cidades analisadas devem repensar urgentemente suas estratégias de defesa civil. As tragédias recentes demonstram a necessidade de uma mudança no paradigma de gestão de desastres, que deve passar da abordagem reativa para uma política de prevenção e mitigação de riscos. Isso inclui a implementação de sistemas de alerta precoce, mapeamento contínuo de áreas de risco, investimentos em infraestrutura resiliente e, principalmente, a educação e a capacitação da população para lidar com situações de emergência.

Além disso, a defesa civil deve ser vista como uma prioridade de governança, com investimentos adequados e a articulação de parcerias entre os diferentes níveis de governo — municipal, estadual e federal. A implementação plena da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) é um passo crucial nesse sentido, mas sua eficácia depende da capacidade dos gestores locais de traduzir as diretrizes nacionais em ações concretas adaptadas às realidades regionais.

O aumento da frequência de desastres naturais no Brasil e no mundo, como resultado das mudanças climáticas globais (IPCC, 2021), torna urgente a necessidade de políticas de defesa civil mais abrangentes e preventivas. Governos locais devem ser proativos na criação de planos de contingência e na alocação de recursos para garantir a segurança de suas populações. O sucesso dessas

políticas dependerá, em última instância, do compromisso político dos gestores eleitos e da capacidade de integrar a defesa civil a uma estratégia de desenvolvimento urbano sustentável.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos planos de governo das cidades do litoral norte de São Paulo evidencia uma grave lacuna no planejamento de defesa civil, com exceção parcial de Ubatuba. A ausência de propostas detalhadas para a gestão de desastres naturais, especialmente em regiões vulneráveis, coloca em risco a segurança da população e a sustentabilidade dos municípios. Para que essas cidades possam enfrentar com sucesso os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelas frequentes ocorrências de eventos extremos, é essencial que os gestores eleitos priorizem a defesa civil em suas agendas políticas, adotando uma abordagem integrada, preventiva e participativa.

## REFERÊNCIAS

BARROS, F. M.; SILVA, C. L.; MORAES, P. Cidades costeiras vulneráveis: uma análise das políticas de defesa civil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 19, n. 1, p. 45-67, 2017.

CARVALHO, R. B. A implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 4, p. 963-985, 2013.

CASTRO, A. P.; MAIA, G. S. Planejamento urbano e defesa civil no Brasil: desafios e perspectivas. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, v. 23, n. 3, p. 88-104, 2018.

G1. Litoral Norte de SP: número de mortos sobe para 65 após chuvas históricas. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/02/24/>. Acesso em: 25 set. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). Relatório técnico sobre as áreas de risco no litoral norte de São Paulo. São Paulo: IPT, 2023.

IPCC. *Sixth Assessment Report: Climate Change 2021*. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2021.

MARTINS, A. A.; SOUZA, L. G. Vulnerabilidade urbana e defesa civil: um estudo sobre os desafios da gestão de riscos em municípios costeiros. *Revista de Geografia e Planejamento Regional*, v. 6, n. 2, p. 102-123, 2020.

MENDONÇA, P. F.; LIMA, M. L. Mudanças climáticas e vulnerabilidade urbana: desafios para a defesa civil. *Cadernos de Estudos Regionais*, v. 10, n. 2, p. 34-56, 2019.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

PEREIRA, M. F.; ALMEIDA, R. L.; FIGUEIREDO, D. S. Monitoramento de encostas em Angra dos Reis: um estudo de caso sobre defesa civil e mudanças climáticas. *Revista Brasileira de Proteção e Defesa Civil*, v. 12, n. 1, p. 78-96, 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Sistema DivulgaCandContas. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/>. Acesso em: 07 out. 2024.

UOL NOTÍCIAS. São Sebastião e litoral norte de SP enfrentam chuvas históricas com recorde de 600 mm. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 25 set. 2023.